

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC EMANUEL RAMOS FERREIRA

CONTRAINTELIGÊNCIA:

A importância da criatividade para o sucesso das  
operações militares.

Rio de Janeiro  
2021

CC EMANUEL RAMOS FERREIRA

CONTRAINTELIGÊNCIA:

A importância da criatividade para o sucesso das  
operações militares.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra  
Naval, como requisito parcial para a conclusão  
do Curso de Estado-Maior para Oficiais  
Superiores.

Orientador: CMG(RM1) Alexandre Tito dos  
Santos Xavier

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2021

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por dar-me saúde no decorrer desta jornada, iniciada em 1997, na Enseada Batista das Neves. Aos meus pais pela qualidade da educação que me deram, sem a qual eu não conseguiria chegar até aqui. Aos meus demais parentes, por compreenderem a necessidade da minha ausência nas reuniões familiares, em proveito do meu aprimoramento profissional. Ao meu orientador, CMG(RM1) Tito, pela admirável disponibilidade e por corrigir meu rumo na direção do sucesso. À minha esposa Juliana, por me apoiar e contribuir com a árdua tarefa do gerenciamento do lar, especialmente pelas demandas geradas pela chegada do novo tripulante, Pedro, que neste momento em que escrevo estas palavras com a mão esquerda, encontra-se sustentado pelo meu braço direito. Às minhas enteadas, Júlia e Laura, por compreenderem a razão do meu afastamento das brincadeiras cotidianas. Às minhas filhas Julia e Manuela, por terem sido o maior incentivo para que eu obtivesse êxito no difícil Concurso de Admissão ao Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para consecução deste trabalho.

“Durante a guerra, a verdade é tão preciosa que deveria ser sempre acompanhada por mentiras  
como guarda-costas”  
*Winston Churchill*

## RESUMO

A prática da Atividade de Inteligência (AI) está presente na vida do Homem desde a antiguidade, quando então era restrita ao benefício das campanhas militares. Com o passar do tempo, popularizou-se e expandiu sua atuação para áreas distintas, como a empresarial, a financeira, entre outras. Conceitualmente, a AI subdivide-se em dois ramos: Inteligência e Contraineligência (CI). Ambos são fundamentais para o sucesso de uma operação militar. Durante a pesquisa realizada em proveito deste trabalho, foram observados alguns pareceres de autores, sobretudo estrangeiros, conotando uma certa falta de embasamento teórico modulador da prática da Contraineligência. Empregando o desenho de pesquisa teoria e realidade, e por meio de pesquisa bibliográfica e documental, esta dissertação intenciona evidenciar a relação íntima existente entre a capacidade inventiva dos planejadores das operações militares, a obtenção e a manutenção do fator surpresa, e a correta execução da Atividade de Inteligência. Utilizando como objeto de estudo o “Ataque Doolittle”, realizado pelos Estados Unidos da América ao Japão, em 18 de abril de 1942, o presente trabalho se propõe a responder a seguinte questão: a criatividade é importante para o sucesso das operações militares?

Palavras-chave: Atividade de Inteligência (AI). Contraineligência (CI). Ataque Doolittle. Criatividade.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
2	<b>EMBASAMENTO TEÓRICO</b> .....	13
2.1	A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL.....	13
2.2	A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NA ANTIGUIDADE.....	18
2.3	ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO SÉCULO XX.....	22
2.4	ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NA ATUALIDADE.....	24
3	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA</b> .....	30
3.1	ANTECEDENTES: O ATAQUE A PEARL HARBOR.....	30
3.2	A RESPOSTA ESTADUNIDENSE: O ATAQUE “DOOLITTLE”.....	34
4	<b>CONCLUSÃO</b> .....	42
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	46

## 1 – INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos, a Atividade de Inteligência vem sendo utilizada em prol dos interesses dos indivíduos e dos Estados. Os serviços de inteligência governamentais estão inseridos na estrutura estatal, e têm como principal função a coleta de informações para que o Estado possa se prevenir contra possíveis ameaças.

Em tempo de paz ou na iminência de conflitos, a espionagem, que é um segmento da Atividade de Inteligência, sempre foi uma medida necessária visando descobrir os pontos fracos e fortes do oponente. Ela ocorre quando se consegue obter informações sobre um outro Estado ou organização, sem a sua autorização.

Se por um lado a espionagem há muito tempo existe, como forma clandestina de obter dados para a Inteligência; por outro lado há o seu contraponto: a Contraineligência (CI), como uma forma de escudo que visa proteger os conhecimentos de interesse dos potenciais adversários. Dessa forma, vemos que a prática adequada de ambas as atividades é estratégica para o Estado.

Desde que se tem conhecimento sobre a ocorrência das batalhas na história mundial, os líderes militares sempre buscaram informações sobre o inimigo. Alexandre, o Grande, quando jovem, questionava os visitantes oriundos de terras que pretendia futuramente conquistar, a respeito de aspectos diversos, como o tamanho da população e de seu território, o curso dos rios, características pessoais de seus líderes locais, entre outros. O conhecimento que ele acumulou com as arguições contribuiu para o sucesso de suas campanhas militares, em especial a invasão ao grandioso Império Persa. Alexandre triunfou porque trouxe para os campos de batalha um exército forte, mas também porque conhecia profundamente o seu oponente (KEEGAN, 2006).

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os países envolvidos criaram códigos para transmitir suas mensagens, impossibilitando a compreensão de seus conteúdos pelos inimigos. Na batalha de Midway (1942), uma das maiores batalhas navais da história, travada entre os Estados Unidos da América e o Japão, os estadunidenses acompanhavam o tráfego de mensagens criptografadas enviadas pelo governo japonês e as decifraram. Esse êxito da Inteligência estadunidense contribuiu de forma decisiva na vitória sobre o Japão (KEEGAN, 2006). O exposto aduz-nos a consentir com o caráter indispensável da Atividade de Inteligência para o sucesso das operações militares.

Dentre os princípios de guerra almejados nas operações militares, a surpresa ocupa importância de destaque. Esta preconiza que as investidas devam ser realizadas de modo a surpreender o adversário, sem entretanto, ser surpreendido por ele. Para alcançá-la, é comumente necessário que o planejador das operações militares recorra a iniciativas diferentes das usuais. Para efeitos desta dissertação, nos referiremos a essas iniciativas como criatividade, ou capacidade inventiva. Com a obtenção da surpresa, resultados positivos poderão ser potencializados, transpondo obstáculos impostos por desequilíbrios desfavoráveis entre forças combatentes.

Nesse sentido, tentaremos, no presente trabalho, evidenciar a relação íntima entre a criatividade, a obtenção e a manutenção do fator surpresa, com a correta execução da Atividade de Inteligência, pois se por um lado a Inteligência, ao nos alimentar de informações importantes sobre o adversário, nos fornece subsídios necessários para surpreendê-lo; por outro lado a Contraineligência, ao negar ao inimigo informações sobre a nossa força, intenta negar-lhe a conquista da surpresa. Desse modo, observamos como ambas as ramificações da Atividade de Inteligência (Inteligência e Contraineligência) se complementam, e são indispensáveis para obtenção e para a manutenção deste fundamental e desejado princípio de guerra.

Nos dias atuais, o termo “inteligência” popularizou-se e adquiriu áreas de atuação distintas. Fala-se sobre inteligência empresarial, financeira, policial, entre outras. Entretanto, há que se salientar que, independentemente da área de atuação, a referida atividade, quando corretamente executada, tem propósito singular: o fornecimento de informações de interesse a alguma autoridade decisora (BRASIL, 2016).

No presente trabalho, serão abordados alguns conceitos, com ênfase à Inteligência Operacional, sendo aquela que dedica-se ao estudo das capacidades e intenções do inimigo. É definida como a Inteligência necessária para planejar e executar operações militares, constituindo uma atividade que visa minimizar incertezas na avaliação das linhas de ação a serem adotadas. A Inteligência Operacional não limita suas ações ao momento do combate, mas iniciam antes e perduram durante as operações. Seu objetivo é o estudo da área de operações, assim como do poder combatente do inimigo, mantendo todos os envolvidos familiarizados com os eventos dentro de suas áreas de responsabilidade (CLARK, 2016). A referida definição, enfatizando a importância do conhecimento sobre o inimigo, coaduna com a conduta praticada por Alexandre, o Grande, e por muitos líderes militares da antiguidade e dos dias contemporâneos.

Dentre as atividades desempenhadas pelo homem, as operações militares, ainda que analisadas sob a ótica do senso comum, possuem uma peculiaridade muito evidente, quando realizadas de acordo com o rito adequado: são precedidas por um planejamento detalhado, profundo, que é construído sobre pilares doutrinários sólidos. As doutrinas acerca das mais diversas operações militares, de certa forma, servem como instrumentos limitadores da atuação dos planejadores. Pode-se perceber uma conformidade desta afirmação com a definição de doutrina: “o Conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas” (BRASIL,

2015). Como visto, a doutrina define o emprego. Desta forma, pode-se inferir que a falta de uma doutrina rígida imprime certo grau de indefinição a uma atividade qualquer.

No decorrer da pesquisa realizada em proveito da elaboração desta dissertação, foi observado um parecer comum entre vários autores: a existência de certo *vacuum* de embasamento teórico que norteie o ofício da Contraineligência. A razão pela qual esse apontamento foi feito exigiria um estudo mais aprofundado acerca do assunto em tela. Entretanto, o fato é que a conclusão a respeito do motivo de haver certa carência teórica é baseada em discursos coincidentes de diversos autores, dentre eles o historiador britânico John Ehrman (1920-2011), o que é ratificado por Hank Prunkun (1954-), em sua obra “*Counterintelligence Theory and Practice*”.

Talvez essa lacuna possa ser atribuída a uma característica intrínseca à referida prática: a atribuição de um necessário e adequado grau de sigilo. Todavia, esta dedução pode ser facilmente criticada ou até mesmo desconstruída, ao constatarmos que a falta de conhecimento sobre a realidade de um determinado assunto acaba por aguçar a curiosidade sobre o mesmo. Prova disso é a expressiva quantidade de obras literárias sobre espionagem, produzidas sobretudo, durante o período da Guerra Fria<sup>1</sup> (1947-1989). Contudo, a escassez relatada pelos autores citados não se refere aos romances, mas sim à formulação de doutrinas que orientem e fundamentem as práticas profissionais de CI.

Uma contradição pode ser notada, ante o clamor de autores por uma moldura teórica mais definida: a inventividade, a perspicácia e a subjetividade são aspectos importantes na prática das tarefas inerentes à CI? Caso a resposta seja sim, seria possível perceber-se a existência de uma incongruência entre o referido reclame dos autores e a liberdade inventiva dos planejadores das operações militares?

---

<sup>1</sup> Guerra Fria: Designação do período de intensa hostilidade e rivalidade bipolar entre os EUA e a antiga URSS. De acordo com Magnoli (2013), considera-se o fim da Guerra Fria o ano em que houve a queda do muro de Berlim.

Com base na suposta carência de embasamento teórico que module a execução das tarefas afetas à CI, o que, em tese, proveria aos planejadores e executores das operações militares uma maior liberdade de ação, este trabalho se propõe a responder a seguinte questão: a criatividade é importante para o sucesso das operações militares?

Nesse sentido, por meio do método Teoria *versus* Realidade, e com a utilização de pesquisa bibliográfica e documental, será empregado o exemplo do “Ataque Doolittle” como argumento, o qual nos conduzirá na tentativa de chegar a uma resposta.

O estudo do objeto foi delimitado em uma moldura temporal compreendida entre os anos de 1941 e 1942, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no Teatro de Operações do Pacífico.

Antes, porém, como pré-requisito necessário à reflexão proposta, observaremos alguns princípios e fundamentos doutrinários acerca da Atividade de Inteligência, com ênfase na Contraineligência (um de seus ramos de atuação), no intuito de consubstanciar nosso estudo. Para tanto, o trabalho foi organizado e subdividido em quatro capítulos:

Neste primeiro, introduzimos o assunto, demonstrando sua relevância, mormente relacionada às batalhas, ao longo da história. Ganha vulto, nesta introdução, a teoria atribuída a Sun Tzu, para efeitos de correlação cronológica entre a apresentação do trabalho e o desenvolvimento doutrinário acerca da Atividade de Inteligência. Expusemos também, o propósito do estudo e indicamos a metodologia utilizada para chegar à resposta da questão de análise.

No segundo capítulo, abordaremos os principais conceitos e definições sobre a Atividade de Inteligência, nos âmbitos nacional e internacional, apontando o seu alargamento de significado e de abrangência, ao longo dos anos. Maior ênfase será dada ao ramo da Contraineligência, por ser o tema central desta dissertação. Nessa seção, ganha destaque a

percepção manifestadas por Hank Prunkun (2019), sobre certa carência teórica a respeito da Contraineligência.

No capítulo três, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, faremos um estudo sobre o “Ataque Doolittle”, realizado pelos Estados Unidos da América contra o Japão, em 18 de abril de 1942, visando constatar se há aderência do referido fato histórico ao embasamento teórico presente no capítulo anterior. Para este fim, utilizamos como principais fontes de pesquisa as obras de Ted W. Lawson (1917-1992) e de James M. Scott (1906-1986). Maior relevo será buscado conferir à relação existente entre a Contraineligência, a criatividade e a surpresa.

No quarto e último capítulo, apresentaremos as conclusões a que chegamos no decurso do estudo, buscando responder à questão de pesquisa proposta, citada anteriormente.

## 2 - EMBASAMENTO TEÓRICO

O presente capítulo destina-se a prover ao trabalho em tela algumas ferramentas conceituais necessárias ao desenho de pesquisa proposto, qual seja a comparação entre a teoria e a prática da Atividade de Inteligência. Autores e obras de distintos períodos e nacionalidades serão empregados como parâmetros de observação, visando constatar se há solidez ou flexibilidade, no tempo e no espaço, bem como nos fundamentos que alicerçam a atividade de Inteligência. Vale ressaltar que somente foram empregadas, no trabalho em tela, literaturas ostensivas e de acesso irrestrito a qualquer público, no intuito de não incorrer na necessidade de classificar a dissertação com o grau de sigilo correspondente a alguma referência sigilosa.

Embora a contribuição conceitual brasileira não seja o objeto central de estudo desta dissertação, alguns conhecimentos doutrinários nacionais sobre Inteligência serão citados, ainda que de forma resumida, a título de enriquecimento da argumentação.

### 2.1 - A Atividade de Inteligência no Brasil

No Brasil, a AI remonta ao final da década de 1920, no governo do Presidente Washington Luís, por ocasião da criação do Conselho de Defesa Nacional. Entretanto, o primeiro serviço de Inteligência brasileiro foi criado posteriormente, em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek.

O Serviço Federal de Informações e Contrainformações funcionaria até o início do Regime Militar, em 1964, quando então seria denominado Serviço Nacional de Informações (SNI). Três décadas mais tarde, o Brasil passaria a ter uma agência de Inteligência liderada por um civil. No governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criada a Agência Brasileira

de Inteligência (ABIN)<sup>2</sup>, atuando até os dias de hoje como órgão responsável pela execução da Política Nacional de Inteligência (PNI). Em vigor desde 2016, a PNI é o documento de mais alto nível sobre a atividade no Brasil. Sua função precípua é definir os parâmetros e os limites de atuação dos órgãos que realizam a Atividade de Inteligência, em especial aqueles integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN)<sup>3</sup>. Atualmente, o sistema é composto por 48 órgãos. Integram o sistema ministérios e instituições federais de áreas como segurança, Forças Armadas, saúde, transportes, telecomunicações, fazenda e meio ambiente. Na sua origem, o sistema era integrado por 22 órgãos, conforme estabelecido pelo Decreto 4.376, de 13 de setembro de 2002, que regulamentou a lei de criação do SISBIN. Dessa forma, possuindo o Brasil uma política balizadora da atividade, pode-se considerar que há, em tese, a compreensão da relevância da Inteligência no âmbito nacional.

De acordo com a PNI, a AI é dividida em dois ramos: Inteligência e Contraineligência. Ambas apresentam características de natureza permanente, pois se configuram como um instrumento do Estado. Estão à disposição do governo para executar a tarefa de assessoramento, especificamente nos assuntos relacionados à defesa das instituições e dos interesses nacionais (MORAES, 2004).

A Inteligência visa produzir e difundir conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do Brasil, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado. Trata, essencialmente, da produção de conhecimentos com objetivo específico de auxiliar na tomada de decisões de maneira mais fundamentada (BRASIL, 2016).

---

<sup>2</sup> A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é um órgão da Presidência da República, vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional, responsável por fornecer ao presidente da República e a seus ministros informações e análises estratégicas, oportunas e confiáveis, necessárias ao processo de decisão.

<sup>3</sup> O Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) foi instituído pela Lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999, com o objetivo de integrar as ações de planejamento e execução das atividades de Inteligência do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/abin/pt-br/assuntos/sisbin>. Acesso em 06/05/2021.

Dessa forma, o conhecimento de Inteligência de Estado no nosso país é o resultado do processamento de informações, consideradas de interesse, elaborado pela ABIN e disseminado à Presidência da República, aos órgãos componentes do SISBIN e às demais instituições componentes desse Sistema. A Inteligência realiza ações de busca de dados empregando técnicas especializadas, desenvolvidas por meio de treinamento específico. Vale ressaltar que essas ações especializadas são executadas observando às leis e aos princípios que regem o Estado brasileiro (MORAES, 2004).

Por sua vez, a Contraineligência é definida pela PNI como:

[...] a atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem (BRASIL, 2016).

Em outras palavras, a Inteligência trata da produção de conhecimento, ou seja, do levantamento, da coleta e da análise de informações; e a Contraineligência trata da salvaguarda do conhecimento, ou mais especificamente, da neutralização da Inteligência adversa (OLIVEIRA, 2006).

A CI deve depreender ações que afrontem medidas contrárias ao interesse de uma determinada organização. Dessa forma, ela:

[...] pressupõe a adoção de medidas que se contraponham, entre outras, às ações adversas abaixo discriminadas:

- Espionagem: ação realizada por pessoal adverso, vinculado ou não a serviço de Inteligência, visando à obtenção de conhecimento ou dados sigilosos para beneficiar Estados, grupos de países, organizações, facções, empresas, personalidades ou indivíduos;
- Sabotagem: ato deliberado, de efeitos físico e psicológico, executado por agentes adversos, vinculados ou não a serviço de Inteligência, com o objetivo de inutilizar ou de adulterar conhecimento, dado, material, equipamento ou instalações. A sabotagem pode ser, ainda, empregada para a destruição de ideias ou a reputação de instituições e de pessoas;
- Terrorismo: caracterizado pela ameaça ou emprego da violência física ou psicológica, de forma premeditada, por indivíduos ou grupos adversos, apoiados ou não por Estados. É motivado por razões políticas, ideológicas, econômicas, ambientais, religiosas ou psicossociais, e objetiva coagir ou intimidar autoridades ou parte da população, subjugar pessoas ou alcançar determinado fim ou propósito;
- Propaganda Adversa: manipulação planejada de quaisquer informações, ideias ou doutrinas para influenciar grupos e indivíduos, com vistas a obter comportamentos

pré-determinados que resultem em benefício ao seu patrocinador (BRASIL, 2016, Cap.5, p. 1 e 2).

Conceitualmente, de acordo com a “Doutrina Nacional de Inteligência”<sup>4</sup> (DNI), as ações de CI subdividem-se em dois segmentos: Segurança Orgânica, de caráter preventivo; e Segurança Ativa, de caráter proativo. No segmento da Segurança Orgânica, é preconizada a adoção de diversas medidas destinadas a prevenir e obstruir ameaças, de qualquer natureza, dirigidas a pessoas, dados, conhecimentos, materiais, áreas e instalações. Ainda de acordo com a DNI, para atingir seus objetivos, a Segurança Orgânica desdobra-se nos seguintes grupos de atividades: Segurança do Pessoal; Segurança da Documentação e do Material; Segurança da Informação Digital; Segurança das Comunicações; e Segurança das Áreas e Instalações (BRASIL, 2016).

É evidenciado, pelo exposto até então, a relevância do zelo pela segurança das comunicações e da informação digital, nas Atividades de CI. Esta segurança trata do conjunto de medidas voltadas para a salvaguarda de conhecimentos e de dados sigilosos, durante as ações de transmissão e de recepção (BRASIL, 2016). Esta preocupação, embora não se restrinja ao contexto da Inteligência Militar, tem nele uma importância inequívoca, pois uma possível quebra do sigilo das comunicações pode anular a discricção de uma operação, comprometendo a manutenção do fator surpresa, princípio de guerra assim delineado, de acordo como Glossário das Forças Armadas:

[...] Princípio de Guerra que consiste em golpear o inimigo onde, quando ou de forma tal que ele não esteja preparado. O comandante que obtém o efeito da surpresa poderá alterar a seu favor, de forma decisiva, a correlação das forças em combate. Esse princípio sugere que os esforços devam ser empreendidos de forma a surpreender o inimigo e não ser surpreendido por ele. Com o emprego da surpresa, poderão ser obtidos resultados superiores ao esforço despendido, compensando fatores desfavoráveis. A surpresa deverá ser buscada nos níveis estratégico, operacional e tático. Manifesta-se pela originalidade, audácia nas ações, sigilo, despistamento, inovação tecnológica e, sobretudo, pela velocidade de execução das ações e dissimulação. O mesmo que SURPRESA (BRASIL, 2015, p. 222).

---

<sup>4</sup> A DNI é um dos instrumentos essenciais da Inteligência nacional, instituídos pela PNI Destina-se a propor uma linguagem padronizada entre os profissionais da AI, de modo a garantir que as comunicações essenciais ao exercício da AI ocorram sem distorções ou incompreensões.

Muito embora as técnicas, doutrinas e procedimentos empregados nas operações militares venham sofrendo um processo de mudança evolutiva ao longo da história, pode-se constatar a manutenção da relevância desse princípio para as operações militares. Tal princípio não caducou, mas ganhou pujança com o passar do tempo. O surgimento de novas tecnologias que fazem uso do espectro eletromagnético em proveito das telecomunicações, assim como para a detecção de objetos; e o aprimoramento constante das imagens-radar, por exemplo, não reduziram a necessidade da obtenção do fator surpresa nas batalhas. Do contrário, corroboraram com um aumento da preocupação acerca da manutenção da salvaguarda de informações. Se por um lado, esses recursos são facilitadores para a obtenção e a manutenção de informações de interesse para um determinado ator, provendo-lhe uma melhor “consciência situacional”<sup>5</sup> sobre um suposto ambiente de guerra; por outro lado, esses mesmos recursos podem ser fomentadores do surgimento de novos métodos a serem empregados para superá-los.

O adequado grau de sigilo a ser atribuído a cada operação militar é, cada vez mais, difícil de ser mantido, justamente em razão da miríade de recursos que intentam quebrá-lo. Em suma, a evolução tecnológica não reduziu a importância do princípio da surpresa, mas sim o estimulou. A Contrainteligência, tendo como um de seus objetivos a obstrução e a neutralização da Inteligência adversa, deve estar vigilante à contraposição desses recursos de captura de informações, por parte do adversário.

Poder-se-ia concluir, desta forma, que a CI se ocupa, em suma, em opor-se à Inteligência do inimigo. Porém, a atuação da Contrainteligência não se limita ou se esgota por meio do exclusivo cumprimento da contraposição a ameaças. Ela contribui também para a salvaguarda

---

<sup>5</sup> Percepção precisa dos fatores e condições que afetam a execução da tarefa durante um período determinado de tempo, permitindo ou proporcionando ao seu decisor, estar ciente do que se passa ao seu redor e assim ter condições de focar o pensamento à frente do objetivo. É a perfeita sintonia entre a situação percebida e a situação real (BRASIL, 2015).

do patrimônio nacional sob a responsabilidade de instituições, das mais diversas áreas de interesse estratégico para a segurança e para o desenvolvimento do país (BRASIL, 2016).

Tratando-se de ações preventivas, a CI deve conscientizar, orientar e capacitar as instituições nacionais, em nível estratégico, acerca da proteção de ativos de interesse do Estado e da sociedade, promovendo um despertar para comportamentos e medidas benéficas em prol da segurança. Dentre esses ativos de interesse, merecem atenção as informações relevantes à segurança de uma organização, e sobretudo, do Estado (BRASIL, 2016).

Nas áreas relativas à detecção, obstrução e neutralização de ameaças aos interesses nacionais, a Contrainteligência desenvolve ações, inclusive especializadas, empregando para tal, recursos humanos e tecnológicos (BRASIL, 2016).

A conclusão a que se chega, ante o embasamento doutrinário brasileiro sobre a Atividade de Inteligência, é que ela possui limitação de atuação imposta por lei. Esta limitação é salutar, pois confere à atividade um caráter legalista e de alinhamento aos interesses nacionais. Este argumento é robustecido pelo fato de existir a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), criada de acordo com o contido no parágrafo 2º do art. 2º da Lei nº 9.883/1999.

## 2.2 - Atividade de Inteligência na Antiguidade<sup>6</sup>

Por tratar-se de um dos registros mais remotos de que se tem conhecimento a abordar, entre outros temas, a AI, a obra “A Arte da Guerra” também será empregada como suporte teórico sobre o assunto e como parâmetro de análise a respeito da perenidade ou da volatilidade desse conteúdo. A referida obra representa uma filosofia para gerir conflitos e vencer batalhas.

---

<sup>6</sup> A Antiguidade foi o período na História da Humanidade em que surgiram os primeiros povos civilizados. Também chamada de Idade Antiga, essa época se refere desde o momento de descoberta e uso da escrita até o declínio do Império Romano Ocidental em 476 d.C.

É aceita como obra-prima em estratégia, e reconhecida como o tratado militar chinês mais antigo e profundo que existe (SAWYER, 2002).

A autoria é atribuída ao General, estrategista e filósofo chinês Sun Tzu (544 a.C. – 496 a.C.). Ele foi uma figura histórica, e sua existência é questionada por alguns pesquisadores. Seu nome de nascimento seria Sun Wu, sendo Sun o seu sobrenome e Tzu um título que significaria "Mestre". A hipótese mais aceita é a de que Sun Tzu vivera no “Período das Primaveras e Outonos da China”<sup>7</sup> (SAWYER, 2002).

Sua obra, composta por treze capítulos, versa sobre diferentes tipos de estratégias e situações de combate. O último capítulo é dedicado ao que hoje conhecemos como Atividade de Inteligência. O General Sun Tzu, antes de lançar seus exércitos à guerra, realizava um planejamento com base nessa atividade. Para ele, o conhecimento a respeito do inimigo era fundamental, pois por meio desse estudo seria possível obter a vitória. Entretanto, esse saber não poderia ser obtido a partir de fantasmas e espíritos, inferido dos fenômenos ou projetado a partir das medidas do céu, mas deveria ser adquirido pelos homens (SAWYER, 2002).

Sun Tzu apregoava que, para engajar-se em uma campanha militar, era imprescindível a realização de um estudo aprofundado a respeito de seu próprio exército e da composição do seu oponente, por meio de uma Atividade de Inteligência de caráter contínuo, e que fosse realizada por todos os meios disponíveis. A esse estudo deu o nome de “estimativa”, que era empregado como subsídio que o auxiliava, de forma determinante, na decisão de ir ou não à guerra. Não bastava, para ele, conhecer somente sua própria força, ou a de seu adversário, pois:

[...] aquele que conhece o inimigo e a si mesmo não correrá perigo algum em cem confrontos. Aquele que não conhece o inimigo, mas conhece a si mesmo será por vezes vitorioso e por vezes encontrará a derrota. Aquele que não conhece o inimigo e tampouco a si mesmo será invariavelmente derrotado em todos os confrontos (SAWYER, 2002, p.64).

---

<sup>7</sup> O período denominado Primavera e Outono Chinês (722 a.C. – 481 a.C.) recebe tal nome devido às crônicas históricas chinesas, conhecidas também como “Os Anais de Primavera e Outono”, atribuídas a Confúcio (SAWYER, 2002).

Nesse aspecto, Sun Tzu valorizou enfaticamente o emprego de espões. Dentre os distintos espões tipificados em sua obra, destaca-se a figura dos “espões condenados”. Estes, quando capturados pelo inimigo, fariam um relatório totalmente falso, levando-o a tomar medidas adequadas, apenas para chegar à conclusão de que o oponente fez algo muito diferente. Esses espões, por causa disso, seriam mortos (SAWYER, 2002). Essa conduta coaduna com a salvaguarda das informações verdadeiras. Em outras palavras, contribui com a Contraineligência, pois se destina a tratar da proteção do conhecimento, ou mais especificamente, da neutralização da Inteligência adversa (OLIVEIRA, 1999).

Na época em que supostamente viveu Sun Tzu, a forma pela qual era feita a constatação e a previsão da composição das tropas inimigas, suas potencialidades e possibilidades, era por meio dos olhos e ouvidos. Os códigos eram simples e protegidos com promessas de punições severas para quem os revelasse (McNEILLY, 2004). Àquela época não havia, obviamente, a exploração do espectro eletromagnético para o emprego das comunicações. Tampouco existiam técnicas de criptografia a serem empregadas para a proteção de informações de interesse. A disseminação de ordens e determinações para as suas tropas era feita por meio de tambores e bandeiras (McNEILLY, 2004), muito diferente das tecnologias utilizadas atualmente, tanto em relação ao meio pelo qual a divulgação de ordens é feita, quanto pelas técnicas empregadas para a proteção do conteúdo delas. Entretanto, independentemente da época da história, e a despeito da existência ou não de qualquer diferença tecnológica entre as partes conflitantes em uma batalha, a preocupação com a proteção de informações de interesse sempre esteve presente.

Inequivocamente, entre possíveis beligerantes, uma forma de tentar transpor os obstáculos impostos pela superioridade tecnológica adversária é o princípio da surpresa, pois com o emprego dela poderão ser obtidos resultados superiores ao esforço despendido, compensando fatores desfavoráveis. Este princípio militar manifesta-se, entre outros aspectos, pelo despistamento, pela originalidade e pela dissimulação (BRASIL, 2015).

Depreende-se disso, que a Contraineligência dialoga de forma íntima com a criatividade e com a astúcia do planejador.

Ao conjunto de práticas objetivando confundir ou enganar o inimigo, Sun Tzu chamou de Ardil<sup>8</sup>, explicando que para agir de forma ardilosa, deve-se omitir suas reais capacidades e intenções. A ardilosidade difunde a ideia do fingimento, de forma virtuosa, em proveito próprio. “Quando decidido a empregar as forças, fingir inatividade. Quando o objetivo estiver próximo, fazer com que pareça distante; quando distante, criar a ilusão de que esteja próximo” (SAWYER, 2002, p.30). Dessa forma, Sun Tzu evidencia a importância da dissimulação para o êxito de uma operação militar.

Confundir o inimigo sobre as verdadeiras intenções de manobra de uma força é valioso para o sucesso de uma campanha. Da mesma forma, simular uma suposta desorganização da própria força também o é, pois segundo o General chinês, “a confusão aparente é um produto de uma boa ordem: a covardia aparente, de coragem; a fraqueza aparente, de força” (McNEILLY, 2004, p.129). Observa-se, desse modo, que a dissimulação protege contra o inimigo as informações de interesse, como por exemplo o nível de adestramento, de perícia e o grau de prontidão de uma força.

Um outro exemplo de conduta que contribui com o êxito de uma batalha, segundo Sun Tzu, é a salvaguarda das informações sobre as reais intenções de movimento e os objetivos selecionados pela própria força. Assim, o inimigo não deverá saber onde se pretende travar o combate, pois desta forma, ele terá que se preparar em diversos lugares, dividindo, inevitavelmente, a sua força (McNEILLY, 2004). Essa divisão causará um enfraquecimento do

---

<sup>8</sup> O Ardil = “Prática de medidas falsas, dissimulações, fingimento de situação caótica e outras ações semelhantes designadas para promover o engano ao inimigo, com o objetivo de forçá-lo a responder de forma predeterminada (SAWYER, 2002, p.30-31)”.

poder combatente do exército que se pretende atacar, indo ao encontro do propósito do ardil, apregoado pelo General.

Há, ao longo da história das batalhas, uma quantidade inúmera de exemplos a respeito da estreita e benéfica relação entre a criatividade e a surpresa, e entre a dissimulação e a salvaguarda das informações. Sun Tzu descreve em sua obra a importância do ardil para o êxito de uma campanha militar. Em suma, constata-se um evidente vínculo entre um adequado conjunto de atividades de CI e uma almejada vitória.

### 2.3 - A Abordagem teórica sobre a AI no século XX

No intuito de prover ferramentas de análise mais contemporâneas ao assunto da AI, serão empregadas obras produzidas em período mais recente, que desconstruem uma relação estrita entre a Inteligência e a guerra. O assunto abarca uma abrangência mais ampla, alcançando o nível estratégico. Desta forma, pode-se definir a Informação Estratégica como sendo:

[...] o conhecimento referente às possibilidades, vulnerabilidades e linhas de ação prováveis das nações estrangeiras. Busca, principalmente, guiar a formulação e a execução de medidas de segurança nacional, em tempo de paz, e a conduta de operações militares, em tempo de guerra, bem como o desenvolvimento do planejamento estratégico no período de após-guerra (PLATT, 1974, p.31).

Vê-se, desta forma, que a perspectiva sobre a AI não se restringe ao tempo de guerra, conferindo ao tema uma abordagem de caráter contínuo. Nessa visão, os princípios norteadores da AI aplicam-se em qualquer condição. As informações referentes ao combate, entretanto, possuem caráter mais simples do que as informações estratégicas (PLATT, 1974).

Na execução das AI, é de suma importância a inovação e a criatividade, como componentes de um conceito mais amplo, denominado como pensamento criador (Platt, 1974).

Nota-se, neste caso, uma aderência teórica à obra prima de Sun Tzu, pois nesta última, como

citado anteriormente, a astúcia e a inventividade são consideradas como importantes componentes do ardil, conceito apregoado pelo General chinês.

Um outro aspecto inovador sobre a AI, quando comparado com o que ocorria na Antiguidade, é a importância dada a possíveis fragmentos de informações supostamente desimportantes. Vale para a produção de informações, a partir de então, a soma ou reunião de partes, que quando isoladas, parecem não significar nada. Entretanto, quando reunidas, podem revelar um conteúdo que possua informação de interesse (PLATT, 1974). De forma análoga, sob o prisma da Contraineligência, é nítida a relevância de se evitar o vazamento de informações de interesse, ainda que sejam pequenos fragmentos. Face ao exposto, um questionamento nos é suscitado: como um fragmento de informação sobre nossa força pode servir ao oponente?

[...] Não pode, se o considerarmos isolado. Mas, um retalho quase inocente de informe reunido a muitos outros pedaços inexpressivos de informes, podendo prestar um grande serviço ao inimigo que estiver interessado no caso e realizar, ativamente, a coleta e interpretação de tais informes (Platt, 1974, p.78).

Uma possível e adequada contextualização acerca da citação acima é a constante tentativa de decifração de conteúdo criptografado, especialmente aplicada às comunicações militares. Uma pequena frase ou texto criptografado, por exemplo, dificilmente possibilitará a um potencial decifrador, ainda que experiente no ofício, a revelação de seu conteúdo, e sobretudo de seu contexto. Entretanto, um material criptografado mais extenso, possivelmente será decifrado com mais facilidade, devido à repetição de padrões e de códigos. Pode-se perceber, ante a este exemplo, que a soma de partes aparentemente sem significado pode traduzir-se em alguma informação importante a respeito do inimigo. Além disso, nota-se que o aumento dessa “colcha de retalhos” confere sentido a partes, inicialmente, sem importância (PLATT, 1974). Isto reflete o cuidado no tratamento a ser dado a cada informação recebida sobre o inimigo, bem como nos adverte sobre o zelo de salvaguardar nossas informações, ainda que pareçam ser inócuas possíveis pequenas perdas.

Para efeitos deste trabalho, importa-nos o alargamento da abrangência do assunto, da esfera restrita do campo de batalha para o âmbito estratégico; bem como a continuidade da Atividade de Inteligência para além dos tempos de guerra. Em suma, propomo-nos a demonstrar a proeminência dessa atividade, em qualquer tempo e de forma contínua.

#### 2.4 - A Abordagem teórica sobre a AI na atualidade

Após uma breve abordagem teórica sobre a AI na Antiguidade, quando restringia-se às finalidades inerentes ao combate; e um curto esclarecimento sobre o tema no século XX, quando então recebeu um aspecto mais abrangente, o presente tópico destina-se a tratar da teoria sobre a Atividade de Inteligência no período atual.

Frequentemente, o papel da Contraineligência é associado exclusivamente à segurança. Muito provavelmente, isto se deve a uma carência de embasamento teórico sobre o assunto que possa contribuir para a compreensão do quão vasto é o tema. Pode-se atribuir também, essa simplificação, a uma insuficiente quantidade de literaturas que comparem a teoria sobre CI à sua aplicação prática (PRUNCKUN, 2019).

Entretanto, embora não de forma exclusiva, de fato há uma relação estreita entre CI e segurança. A analogia citada a seguir contribui para o entendimento da existência da associação entre Contraineligência e segurança.

[...] Se a espionagem fosse um jogo, aqueles que se dedicam à prática de Contraineligência poderiam ser considerados os “goleiros”. Sem esses jogadores, o adversário teria carta branca para atacar o gol desprotegido e marcar infinitos pontos. Sem a Contraineligência, o gol da Inteligência estaria amplamente aberto para os adversários (PRUNCKUN, 2019, p.38, Tradução Nossa).<sup>9</sup>

O papel da Contraineligência provavelmente tem sido mal compreendido, pois como visto, há pouca teoria que oriente a prática. Os profissionais dessa área são impelidos, portanto,

---

<sup>9</sup> No original: “If espionage were a game, those who practice the craft of counterintelligence could be considered the game’s goalkeepers. Without these practitioners the opposition would have carte blanche to raid the unprotected goal and score endless points. Without counterintelligence, the intelligence goal would be wide open to such raiders” (PRUNCKUN, 2019, p. 38).

a formular o exercício da atividade com base na demanda e na necessidade, e não na compreensão de seus princípios teóricos. Embora não haja nada de intrinsecamente errado com uma abordagem da experiência baseada na necessidade, ela torna a prática menos eficiente (PRUNCKUN, 2019).

A grande estrutura teórica do campo da Inteligência não se estende à Contrainteligência. Isto se deve ao fato de haver uma escassez de estudos publicados que abordem especificamente a teoria da CI. Este aspecto é importante porque sem uma base teórica consistente, um serviço competente é menos provável de ser alcançado (PRUNCKUN, 2019).

Apesar da citada exiguidade acerca de um adequado embasamento teórico sobre CI, houve tentativas no intuito de se construir pilares seguros, nos quais o assunto pudesse ser assentado. É possível argumentar que há uma base considerável de evidências na literatura acerca do assunto que explique alguns aspectos sobre “como” e “por que” as informações de interesse são coletadas, e como essas informações são usadas para apoiar a Inteligência. Não há dúvida de que houve um aumento no estoque de orientações sobre a CI. Entretanto, a crítica apontada pelo teórico John Ehrman, por exemplo, é a falta de uma apresentação sistêmica dessas práticas por meio de uma teoria que explique os princípios da Contrainteligência, e como esses princípios se relacionam (PRUNCKUN, 2019).

Mas afinal, o que é Contrainteligência? Talvez seja a menos compreendida entre as disciplinas relacionadas à Inteligência. Porém, é indiscutivelmente, a mais essencial entre elas, pois mesmo que sejamos capazes de coletar grandes quantidades de informações secretas e de produzir análises sofisticadas a respeito delas, sem uma eficaz CI, a confiança na Atividades de Inteligência seria praticamente nula (CLEAVE, 2013).

Ainda que haja uma tentativa de valoração ou hierarquização da importância dos ramos da Atividade de Inteligência, tanto a Inteligência quanto a Contrainteligência se complementam mutuamente. Uma sem a outra não se basta. Dessa forma, os Estados que possuem um perfeito

equilíbrio entre os ramos da AI são os mais eficientes na produção e na salvaguarda dos conhecimentos de interesse.

A CI é um instrumento utilizado em todos os níveis de decisão. No nível político, assim como ocorre com a Inteligência, a CI é empregada para fazer avançar os objetivos dos Estados. Quando bem sucedida, contribui com a segurança, servindo como um escudo contra ameaças, e uma espada, à medida em que operações ofensivas de CI moldam as percepções estrangeiras e degradam as capacidades da Inteligência adversária (CLEAVE, 2013).

De forma didática, William R. Johnson<sup>10</sup> (2005) procurou definir Contraineligência. Também segundo ele, existe uma confusão recorrente entre CI e segurança. Johnson elucida que, na prática, ambas estão relacionadas, mas não são idênticas. A segurança é uma parte essencial dos dois ramos da AI: Inteligência e Contraineligência.

Existe a segurança física, materializada de diversas formas, como por exemplo: cercas em torno de edifícios, crachás para permissão de acesso, cofres para guarda de material controlado, monitores de circuito fechado de TV, circuitos telefônicos codificados para evitar a escuta, entre outros métodos. Este tipo de segurança visa manter afastados possíveis invasores e prevenir vazamentos ou perdas de informações, de forma acidental ou não consentida. Há também a segurança pessoal, exemplificada por investigações a respeito dos antecedentes de candidatos a emprego, reinvestigação periódica de funcionários, entre diversas práticas (JOHNSON, 2005). Por fim, e principalmente na atividade de Inteligência, existe a segurança operacional, cujas boas práticas compatíveis com ela foram resumidas, da seguinte forma:

[...] manter a boca fechada, guardar segredos, tanto pessoais quanto da instituição, e não permitir que ninguém se posicione para chantageá-lo. Mais uma coisa, o mais importante: a segurança operacional requer adesão à regra da necessidade de conhecer: somente pessoas que precisam tomar conhecimento de uma determinada informação confidencial podem ter acesso à ela. Ademais, esta regra promove a

---

<sup>10</sup> William R. Johnson desempenhou a função de Oficial de Inteligência do Exército dos EUA, durante a Segunda Guerra Mundial, durante a Guerra do Vietnã, e gerenciou as operações de contraespionagem da CIA no Extremo Oriente, de 1960 a 1973.

eficiência, reduzindo o manuseio de papel (JOHNSON, 2005, p.01, *Tradução Nossa*).<sup>11</sup>

A segurança operacional é coadunada por um estilo de vida adequado, em todas as tarefas que exigem sigilo. Seja CI, espionagem, e até mesmo em afazeres corriqueiros de caráter particular, não somente profissional. Mas o que há de diferente nas tarefas inerentes à Contraineligência? Poder-se-ia inferir, observando isoladamente a palavra, que Contraineligência é uma prática voltada contra a Inteligência hostil, contra espões inimigos, adversários e afins. A CI deve manipular qualquer aparato da espionagem adversa. Esse é o objetivo final da CI (JOHNSON, 2005).

Dessa forma, observa-se uma valorização elevada nas práticas que têm a manipulação como objetivo, dentro do ramo da Contraineligência. Desse modo, busca-se impor ao inimigo a confusão, a desinformação, e a interpretação errônea de dados e informações ao nosso respeito. Por conseguinte, como saber se o que percebemos do inimigo é correto, adotando como premissa que o mesmo também busca executar a manipulação, a confusão e nos imprimir o engano? Como é possível mensurar o que um adversário sabe sobre nossa força, e sobre nossas reais intenções de manobra? Como determinar se estamos obtendo ou não sucesso em guardar nossos segredos, em proteger nossas informações de interesse, e em projetar a imagem que desejamos que seja percebida pelo inimigo? Como saber no que e em quem confiar?

As respostas a estes questionamentos demandam atenção que extrapola o objetivo proposto por este estudo, sem entretanto, fugir ao escopo dele. Decerto, a complexidade dessas perguntas é um reflexo do quão interessante é a Atividade de Inteligência.

No intuito de contextualizar o conceito de manipulação, consideremos o seguinte: estar em alerta contra uma possível manipulação induz a uma interpretação mais cuidadosa e

---

<sup>11</sup> No original: "... keeping your mouth shut, guarding secrets, both yours and your government's, and not letting anybody get into position to blackmail you. One more thing, the most important: Operational security requires adherence to the Law of Need-to-Know: Only persons who need to know a piece of sensitive information can have access to it. Incidentally, this law promotes efficiency by reducing paper handling.."

sistemática das informações. Entretanto, buscar antecipar-se à manipulação também leva o analista a adotar uma postura mais cética em relação a todas as evidências; e à medida em que elas são consideradas não confiáveis, pode haver um julgamento antecipado na determinação sobre em quais evidências acreditar. Isto leva a um paradoxo: quanto mais alertas estivermos contra uma possível manipulação, maior será a probabilidade de sermos manipulados (CLEAVE, 2013).

Fica claro, ante o exposto, que a manipulação ocupa uma posição de relevante destaque na Contraineligência. Embora haja um paradoxo que demande uma especial atenção por parte dos analistas, isso não implica em uma consequente despreocupação por parte deles, a fim de evitar o engano. Do contrário, o referido antagonismo revela a arte presente na ciência, uma vez que uma inúmera quantidade de recursos tecnológicos possivelmente empregados na Atividade de Inteligência pode contribuir tanto com o acerto, quanto com o erro. Estas particularidades da atividade suscitam a premente importância de conhecimento tácito por parte dos profissionais que lidam tanto com a Inteligência, quanto com a Contraineligência.

A percepção apresentada por alguns autores contemporâneos de uma suposta carência de sustentação teórica abrangente não atribui à Contraineligência um aspecto menos importante. Do contrário, demanda dos envolvidos no planejamento e na execução das atividades criatividade e inventividade. A insuficiência de uma doutrina moduladora dos afazeres da Contraineligência, como citado, possibilita que os praticantes não estejam completamente “engessados” a um procedimento padronizado e pré-concebido. É possível inferir que a Atividade de Inteligência, em seu sentido mais amplo e largo, abrangendo a CI, seja até certo ponto incompatível com o cumprimento de uma conduta absolutamente padronizada. Se assim fossem, as AI pré-concebidas por doutrinas rigorosas agiriam na contramão do sucesso das operações militares, pois o adversário teria, pelo menos, um forte indício sobre o que o oponente pretendia fazer; e de que forma tentaria executar as suas

tarefas, para obter informações, e para contrariar a Inteligência adversária. Portanto, para além da teoria (ou do suposto hiato teórico relatado por alguns autores), há aspectos subjetivos no tabuleiro do jogo da Contraineligência.

No capítulo seguinte, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, empregaremos como objeto de estudo o “Ataque Doolittle”, com o propósito de verificar se há aderência entre o fato histórico e os conceitos teóricos ora apresentados. Apesar de haver um lamento, por parte de alguns autores, sobre relativa escassez doutrinária moduladora da Contraineligência, este reclame será, efetivamente, o argumento empregado como parâmetro de observação. Ademais, buscaremos constatar a relação entre o importante princípio de guerra surpresa, a Contraineligência e a criatividade.

### 3 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Após uma familiarização com o embasamento teórico acerca da Atividade de Inteligência, com ênfase ao ramo da Contraineligência, sob abordagens elaboradas em períodos distintos, propomo-nos à verificação da existência, ou não, de aderência entre a teoria e a realidade. O presente capítulo destina-se a discorrer sobre essa relação, adotando como objeto de análise o ataque “Doolittle”, realizado pelos Estados Unidos da América, em resposta à ofensiva nipônica à base naval estadunidense de Pearl Harbor<sup>12</sup>, em 1941. Antes, porém, serão mencionados alguns fatos históricos que contribuíram para a tomada de decisão, pelos Estados Unidos da América (EUA), em realizar a ofensiva contra a capital japonesa.

#### 3.1 - Antecedentes: O ataque a Pearl Harbor

Após a derrota francesa pelos alemães na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os japoneses, aliados dos alemães, ocuparam a Indochina francesa, região dos atuais Vietnã, Laos e Camboja. Essa ocupação foi considerada como uma situação limite pelos EUA, em suas relações diplomáticas com o Japão. Como retaliação, os EUA ordenaram o boicote da venda de materiais estratégicos para aquele país. A partir de então, o Japão considerou inevitável uma guerra contra os EUA (GILBERT, 2019).

Em julho de 1941, o governo dos EUA, responsável pela venda de 80% do petróleo consumido pelo Japão, decretou que não mais iria vender para aquele país o produto. Isso gerou uma escalada nas tensões entre os dois países (JORDAN, 2010).

---

<sup>12</sup> O Ataque a Pearl Harbor foi uma ofensiva militar, de caráter surpresa, realizada por aeronaves pertencentes à Marinha Imperial Japonesa, contra a base naval estadunidense de Pearl Harbor, em Honolulu, na manhã de 7 de dezembro de 1941 (GILBERT, 2019).

O Japão passa, então, a planejar uma invasão à Indonésia, que era posse dos Países Baixos<sup>13</sup>, uma região rica em petróleo. Isso gerou um impasse entre o Japão e os EUA, que advertiram os japoneses para não atacarem aquele território. O governo japonês decide, então, infligir um golpe contra a marinha dos EUA, para que pudesse expandir seu império, antes que o país ocidental tivesse chance de reagir (JORDAN, 2010).

Em 7 de dezembro de 1941, aeronaves japonesas realizam um ataque surpresa à base naval estadunidense, localizada na Ilha de Honolulu, no Havaí (SMITH, 2006).

Antes do início do ataque, a Marinha Imperial Japonesa lançou aeronaves de reconhecimento dos cruzadores Chikuma e Tone, com o objetivo de ratificar as informações sobre a composição e a localização dos meios navais dos EUA, em Pearl Harbor, tomando como base os relatórios do espião japonês Takeo Yoshikawa<sup>14</sup>. Entretanto, o esclarecimento foi realizado com extrema cautela, pois havia uma preocupação por parte dos japoneses em não denunciar a presença de sua força, sob o risco de perder o fator surpresa (SMITH, 2006).

Nota-se, ante o exposto, a fundamental importância da atividade de Inteligência em proveito do ataque japonês, tanto durante a fase de planejamento, materializada pelas informações transmitidas por Yoshikawa, quanto na fase de execução, por meio das aeronaves de esclarecimento. Evidencia-se, por ocasião da decisão de empregar as aeronaves esclarecedoras, o zelo pela manutenção do sigilo, e conseqüentemente da surpresa, por parte dos japoneses.

É possível concluir, neste exemplo, uma aproximação entre a teoria preconizada por Sun Tzu, no tocante à importância dada ao emprego dos espiões, e a prática desempenhada por

---

<sup>13</sup>Os Países Baixos, conhecidos como Holanda, são uma nação integrante do Reino dos Países Baixos, localizada na Europa ocidental.

<sup>14</sup>Formado em 1933 pela Academia Naval Imperial Japonesa, Takeo Yoshikawa serviu à Marinha por um curto período. Em 1934, iniciou suas atividades em proveito da inteligência japonesa, especializando-se nos assuntos relativos à Marinha dos EUA. Em 1940, tornou-se diplomata, e devido ao seu conhecimento sobre a Marinha dos EUA, foi enviado ao Havaí, se passando por vice-cônsul, com o nome de Tadashi Morimura (SMITH, 2006).

Yoshikawa, em suas atividades em Pearl Harbor. Outrossim, pode-se notar uma estreita relação entre a doutrina sobre CI e a atividade prática, exemplificada pela cautela japonesa em salvaguardar informações acerca da aproximação de seus navios à base estadunidense, potencialmente denunciada pela presença das aeronaves de esclarecimento.

Enfim, o ataque foi realizado. O então presidente Roosevelt dos Estados Unidos da América, afirmou que a covardia do ataque faria aquele dia “viver em infâmia”. No dia seguinte, Roosevelt solicita ao congresso dos EUA anuência para declarar guerra ao Japão, pedido que foi aprovado de forma unânime pelo senado estadunidense, e quase unânime pela câmara, tamanha foi a comoção nacional resultante da investida japonesa (SMITH, 2006).

Embora os navios aeródromos sediados em Pearl Harbor não estivessem atracados, por ocasião do ataque – o que explica o fato de não terem sofrido nenhum engajamento<sup>15</sup>, pode-se considerar, indubitavelmente, que a agressão nipônica contra a sede da Esquadra do Pacífico dos EUA foi bem sucedida. Muitos navios foram destruídos, e quase 3000 pessoas foram mortas (SAMUELS, 2014).

Embora as bases e instalações do Pacífico dos EUA tenham sido colocadas em estado de alerta em muitas ocasiões, as autoridades estadunidenses duvidaram que Pearl Harbor pudesse ser o primeiro alvo. Eles esperavam que as Filipinas fossem atacadas primeiro. Essa suposição deveu-se à ameaça que as bases aéreas de todo o país e a base naval de Manila, capital filipina, representavam para o transporte de suprimentos para o Japão. Eles também acreditavam, incorretamente, que o Japão não era capaz de montar mais de uma grande operação naval de cada vez (SAMUELS, 2014).

Observa-se novamente que a surpresa conquistada, por ocasião da investida contra Pearl Harbor, foi um aspecto de suma importância para o sucesso do ataque. Para a obtenção desse

---

<sup>15</sup> Ato de iniciar o combate contra força inimiga (BRASIL, 2015).

princípio de guerra, entretanto, o país nipônico foi beneficiado por um erro de julgamento, ou de suposição, por parte dos EUA, por não acreditarem que a referida base pudesse ser atacada pelo Japão. Logo, a Contrainteligência nipônica logrou êxito em evitar que os Estados Unidos da América tomassem conhecimento do ataque; bem como sua Inteligência obteve sucesso em coletar as informações necessárias ao planejamento e à execução da ofensiva. Por outro lado, a Contrainteligência estadunidense falhou em neutralizar a Inteligência japonesa, pois não conseguiu ocultar importantes informações a respeito da base naval de Pearl Harbor. Da mesma forma, a Inteligência dos EUA falhou por não conseguir obter o conhecimento necessário a respeito das intenções japonesas.

Exemplifica-se, dessa forma, a vultosa relevância da AI para a segurança de um Estado. Outrossim, ratificamos a percepção, ante a observação deste exemplo, que ambos os ramos da AI são indispensáveis ao sucesso de uma operação militar, e se complementam. Nesse aspecto, evidencia-se que uma conclusão errônea, ou um descuido por parte da Atividade de Inteligência de um Estado pode gerar consequências negativas de grandes proporções.

Um outro aspecto que influenciou na falta de crença estadunidense sobre o referido ataque foi a predominância de águas rasas no entorno do arquipélago – o que dificultaria um engajamento torpédico a partir de aeronaves. Entretanto, os japoneses transpuseram esse obstáculo, desenvolvendo tecnologia inovadora, de forma a possibilitar a corrida torpédica em águas rasas, mesmo sendo os torpedos lançados por aeronaves (SAMUELS, 2014). Essa inovação foi mantida em sigilo, consubstanciando, mais uma vez, um êxito na salvaguarda das informações de interesse aos japoneses.

Observando de forma pormenorizada a inventividade japonesa, exemplificada pelos ataques torpédicos a partir das aeronaves, deduzimos que há uma convergência entre a inventividade e a surpresa, pois o advento daquela inovação tecnológica não era esperado pelos EUA. Extrapolando um pouco mais o raciocínio, depreendemos que existe uma aproximação

entre a criatividade e a Contraineligência, senão vejamos: a inovação tecnológica é a materialização da criatividade (ou inventividade), utilizada no intuito de superar possíveis obstáculos impostos, trazendo consigo, conseqüentemente, a surpresa. Por sua vez, a CI, negando ao inimigo conhecimentos de interesse, é o escudo que mantém o conhecimento sobre a inovação tecnológica sob o domínio de quem a desenvolveu.

Esta conclusão, embora pareça lógica ou simplória, serve-nos como ferramenta organizadora do raciocínio, à medida que evidencia um entrelaçamento entre o princípio de guerra da surpresa, a salvaguarda das informações, e a criatividade (ou inventividade), quando empregados em proveito do sucesso das operações militares. Da mesma forma, mostra-nos novamente como os ramos da AI se complementam, pois sem uma efetiva Inteligência em proveito do planejamento das operações militares, não seria possível a obtenção do fator surpresa, pois sem a correta compreensão a respeito do adversário, não se pode surpreendê-lo.

Não nos importa, entretanto, elucidar se é a necessidade da manutenção do sigilo que fomenta a criatividade, e esta, quando materializada, resulta na obtenção da surpresa; ou se a própria inventividade é a força motriz da surpresa. Esta argumentação pode, inclusive, parecer inócua, diante da proposta do presente trabalho. Importa-nos, na realidade, perceber que há uma íntima relação entre a Contraineligência, visando preservar a manutenção do sigilo, e a criatividade para suplantar as dificuldades impostas pelos recursos humanos e tecnológicos adversos.

### 3.2 - A resposta estadunidense: O ataque “Doolittle”

Após sofrer o ataque em Pearl Harbor, Washington sentiu a necessidade de retribuir a agressão japonesa. Após sucessivos contratemplos, a exemplo da invasão japonesa às Filipinas, no dia seguinte ao ataque à base naval, em Honolulu, era necessária a ocorrência de alguma vitória para elevar o moral dos EUA (JR, 1989).

Uma ideia que recebeu considerável atenção foi a possibilidade de bombardear o solo japonês. A inspiração surgiu no mais alto escalão do governo dos EUA, pelo próprio presidente Roosevelt. Ele, durante as semanas que se seguiram ao episódio em Pearl Harbor, incitou seus militares sobre a necessidade de algum ataque contra os nipônicos que causasse uma grande comoção, de modo a abalar negativamente o moral japonês. Dentre as ações discutidas, aquela que foi considerada a de maior potencial impacto publicitário, no sentido de fazer com que a notícia se propagasse rapidamente, seria um bombardeio da capital japonesa. Com essa definição, cabia então verificar como realizar tal ataque, pois Tóquio encontrava-se fora do alcance de qualquer base dos EUA no Pacífico (JR, 1989).

A ideia para o ataque foi concebida por Francis Stuart Low<sup>16</sup>, oficial da Marinha dos EUA. Em 10 de janeiro de 1942, Low reportou sua ideia ao Almirante Ernest King, Chefe de Estado-Maior da Marinha dos EUA, afirmando que bombardeiros bimotores do exército seriam capazes de decolar de navios aeródromos para atacar Tóquio. Low havia presenciado bombardeiros realizando exercícios de decolagem, na Base Naval de Norfolk, onde havia o desenho de um navio aeródromo, pintado no chão (SCOTT, 2015).

Após a aprovação da ideia pela Casa Branca, a tarefa foi atribuída ao General Henry Arnold<sup>17</sup>, Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA. Para comandar essa inovadora e ousada missão, Arnold escolheu o Tenente Coronel James Doolittle<sup>18</sup>, que era, à época, um dos aviadores mais conhecidos do país (SCOTT, 2015).

---

<sup>16</sup> Francis Low (1894 – 1964) foi um Almirante da Marinha dos EUA. A ele é creditada a ideia de que bombardeiros do Exército dos EUA poderiam ser lançados a partir de navios aeródromos (SCOTT, 2015).

<sup>17</sup> Henry Harley Arnold (1886 - 1950) foi um oficial general dos EUA, pioneiro da aviação, que ostentava o posto de general de cinco estrelas tanto do Exército quanto da Força Aérea (SCOTT, 2015).

<sup>18</sup> James H. Doolittle (1896 - 1993) foi um general da Força Aérea dos EUA, comandante do histórico Ataque “Doolittle”, o primeiro bombardeamento a Tóquio na guerra, em Abril de 1942, pelo qual foi condecorado com a Medalha de Honra, a mais alta e rara condecoração militar dos Estados Unidos.

O primeiro desafio a ser superado por Doolittle seria escolher uma aeronave que pudesse transportar uma carga de aproximadamente uma tonelada de bombas. Decidiu então pela aeronave “B-25 Mitchell”, de fabricação estadunidense, que apesar de ainda não haver sido testada em combate, possuía características promissoras para a referida missão, segundo sua avaliação. Feita a escolha, dois exemplares foram embarcados no navio aeródromo “USS Hornet”, atracado na base de Norfolk.

Em 3 de fevereiro de 1942, durante a execução dos testes, ambas as aeronaves lograram êxito na decolagem. Entretanto, mesmo com os bons resultados, os bombardeiros não poderiam pousar no “USS Hornet”, após o ataque, por duas razões: a primeira referia-se ao fato de que as aeronaves escolhidas não possuíam gancho de cauda, equipamento necessário para auxiliar na redução de velocidade, por ocasião do pouso a bordo, devido às restritas dimensões do convés de voo (SCOTT, 2015). A segunda razão relacionava-se diretamente à necessidade da manutenção do fator surpresa, pois após o lançamento dos B-25, o navio aeródromo deveria guinar afastando-se ao máximo do Japão, para evitar que sua presença pudesse ser descoberta, sob o risco de comprometer o sigilo da operação, e para evitar estar ao alcance do ataque das aeronaves inimigas (SCOTT, 2015).

O plano inicial de Doolittle previa a decolagem a partir de um navio posicionado a 650 km do Japão, com o ataque aos alvos seguido de voo até o pouso em Vladivostok, na antiga URSS, onde as aeronaves seriam entregues aos russos, como parte do programa “lend-lease”<sup>19</sup>, do qual o país já era beneficiário. Todavia, Stalin, então presidente da antiga União Soviética, não autorizou a operação, pois havia celebrado um pacto de não agressão com o Japão, em abril de 1941. Stalin temia uma retaliação japonesa, caso autorizasse o pouso em seu país, prejudicando ainda mais o esforço de guerra soviético contra a invasão alemã, que ocorria pelo

---

<sup>19</sup> Lend-Lease foi o programa através do qual os Estados Unidos da América forneceram, por empréstimo, ao Reino Unido, à antiga União Soviética e a demais países aliados, armas e outros equipamentos, entre 1941 e 1945 (LAWSON, 2004).

ocidente. Sendo assim, Doolittle modificou os seus planos e contactou os chineses, que aprovaram o seu plano. Entretanto, voar para a China, após o ataque, ampliava o voo em 1100 km, conferindo ainda mais perigo à operação (LAWSON, 2004).

Foram selecionadas 24 tripulações voluntárias para a audaciosa missão, e suas respectivas aeronaves voaram então para o Centro de Manutenção da Mid-Continent Airlines, em Minneapolis, no estado de Minnesota, para um acelerado programa de modificações de 10 dias, que tinham como objetivo, em suma, o aumento da autonomia da aeronave e da capacidade de transporte de bombas. Nesse sentido, a instalação de tanques de combustível extras conseguiu dobrar a capacidade de armazenamento de combustível para 4319 litros (LAWSON, 2004). Nota-se que as referidas modificações deveriam ser feitas, sem entretanto, resultar em aumento de peso que impossibilitasse a decolagem dos B-25 a partir do “Hornet”.

Estas modificações realizadas nos bombardeiros, no intuito de permitir o cumprimento da missão, materializam a criatividade do pessoal envolvido no audacioso ataque. Ademais, além de possibilitarem a transposição dos desafios impostos durante o planejamento, corroboram com manutenção do sigilo da missão, pois não era esperado, por parte dos japoneses, um ataque por meio de bombardeiros, devido às próprias dificuldades que se apresentaram por ocasião do planejamento, a exemplo da distância entre Tóquio e uma base estadunidense de onde pudessem decolar aeronaves do porte do B-25. Isto posto, nota-se a estrita observância do fator surpresa no planejamento da missão, como consequência da salvaguarda dos conhecimentos de interesse.

No dia 13 de abril, ao norte do Havaí, o “Hornet” se encontrou com a Força-Tarefa (FT) 16, sob o comando do vice almirante William Halsey, capitaneada pelo porta-aviões USS “Enterprise” (SCOTT, 2015).

Os japoneses encontravam-se monitorando o tráfego de comunicações por rádio realizado pela marinha dos EUA, e em 14 de abril, corretamente, deduziram que um ataque a

partir de navio aeródromo poderia acontecer (SCOTT, 2015). Pode-se concluir que apesar do relativo êxito da Inteligência japonesa, quando da interceptação e correta interpretação das comunicações dos EUA, a Contraineligência estadunidense logrou êxito no ataque, pois os japoneses não conseguiram evitar a realização do mesmo.

À ocasião, como não dispunha de radar, o Japão dependia de uma linha formada por navios-patrolha posicionados a cerca de 1000 km de sua costa. Em caso de avistamento de uma força inimiga, esses navios deveriam imediatamente informar a Tóquio, por rádio, a sua posição. Enquanto isso, a bordo do “Hornet”, os aviadores recebiam suas jaquetas de voo com instruções de resgate em mandarim, impressas nas costas, e prendiam em suas bombas medalhas de amizade entregues pelos japoneses a militares dos EUA nos anos anteriores. No dia 17 de abril, os petroleiros e os contratorpedeiros regressaram para o Havaí, deixando a escolta dos navios aeródromos a cargo dos cruzadores (LAWSON, 2004).

Na manhã do dia 18 de abril de 1942, o navio-patrolha japonês “Nito Maru” avistou a FT dos EUA, e transmitiu a sua localização a Tóquio. Nesse momento, o cruzador “Nashville” saiu da formatura e engajou o navio japonês com tiros de canhão, afundando-o rapidamente (LAWSON, 2004).

Frente ao grande poder de fogo da Força-Tarefa estadunidense, a ameaça representada pelo navio-patrolha nipônico era, sobretudo, a possibilidade da quebra do sigilo da operação, por meio da denúncia da aproximação dos EUA, sob o risco de perderem, conseqüentemente, o fator surpresa. É evidenciado, no contexto deste engajamento, uma aproximação entre a teoria e a prática da Atividade de Inteligência, dentro da cena de ação. Ademais, novamente, é perceptível a íntima relação entre a Contraineligência e a manutenção do fator surpresa. Esta relação materializou-se, no exemplo exposto, pelo engajamento ao navio-patrolha japonês “Nito Maru”, pois disso dependia a manutenção do sigilo da operação, e conseqüentemente, a obtenção do fator surpresa do ataque Doolittle.

Como consequência desse encontro inesperado, Doolittle e Mitscher decidem decolar imediatamente com os bombardeiros, apesar da FT ainda se encontrar a mais de 1000 km do Japão, ainda fora do planejado, visando manter o fator surpresa. Essa decisão foi tomada pois, apesar da obtenção do sucesso no engajamento ao navio-patrolha japonês “Nito Maru”, permanecia a existência da possibilidade de o referido navio ter denunciado a presença da força naval dos EUA, antes de ter sofrido o engajamento. Mesmo sem ter a certeza da denúncia, após a decolagem das aeronaves, Halsey imediatamente guinou sua FT, afastando-se do Japão (LAWSON, 2004).

De fato, “Nito Maru”, antes de afundar, havia conseguido comunicar a Tóquio sobre a aproximação da FT dos EUA. Com a sua decisão e atitude, Halsey evitou ser encontrado por uma formatura de 29 torpedeiros que os japoneses haviam lançado ao seu encontro (LAWSON, 2004).

Observamos novamente, diante do exemplo materializado pela decisão e consequente manobra de Halsey, ao guinar sua FT afastando-se do Japão, uma estreita relação entre a Contraineligência, à medida em que ocupa-se com a manutenção do sigilo; e a obtenção do fator surpresa.

Armados com bombas incendiárias, os B-25 seguiam em completo silêncio rádio em direção a Tóquio, para que suas comunicações não fossem interceptadas (LAWSON, 2004). É evidente que essa conduta coaduna com a intenção de manter a discricção do ataque, em seu nível máximo. Desta forma, os bombardeiros contribuíam com a manutenção da dúvida acerca dos locais a serem atacados. Agindo assim, os B-25 não permitiam que as defesas japonesas tomassem conhecimento dos locais e instantes exatos dos bombardeios. Essa atitude observada no ataque Doolittle possui grande aderência com o conceito do ardil, apregoado por Sun Tzu, definido como o conjunto de práticas objetivando confundir ou enganar o oponente. Assim, esperava-se que os japoneses não soubessem onde se pretenderia travar o combate, tendo que

se preparar em diversos lugares, dividindo, inevitavelmente, a sua força (McNEILLY, 2004). Essa divisão da força, como citado no capítulo destinado ao embasamento teórico, resultaria em um inevitável enfraquecimento do poder combatente.

O cumprimento da rigorosa discricção pelas aeronaves estadunidenses, ao evitarem qualquer tipo de comunicação via rádio, por ocasião da aproximação a Tóquio, manifesta clara observância ao preconizado pela DNI brasileira, no tocante à Segurança das Comunicações. Ainda que a Doutrina em tela não seja aplicável ao referido ataque por não possuir abrangência internacional, e claramente esteja sendo citada de forma anacrônica, serve-nos para demonstrar que, embora a teoria evolua com o passar do tempo, alguns pilares são mantidos de forma sólida e perene.

À luz da DNI, observamos que o episódio do “Ataque Doolittle”, bem como os eventos que o permeiam, apresentam condutas que materializam o segmento da CI denominado Segurança Orgânica, de caráter preventivo, no qual é preconizada a adoção de medidas destinadas a prevenir e obstruir ameaças, de qualquer natureza, dirigidas a pessoas, dados, conhecimentos, materiais, áreas e instalações. Dentre outros tipos, a Segurança Orgânica subdivide-se em Segurança das Comunicações, que trata do conjunto de medidas voltadas para a salvaguarda de conhecimentos e de dados sigilosos, durante as ações de transmissão e de recepção (BRASIL, 2016).

Em voo rasante, os B-25 chegaram aos seus alvos ao meio-dia, atingindo fábricas e demais objetivos militares. A aeronave de Doolittle foi atacada por nove caças inimigos, porém, nenhum dos bombardeiros estadunidenses foi derrubado. Contra todas as chances, o ataque foi rápido e preciso, tirando o máximo proveito da surpresa, fruto da crença do alto comando japonês de que seu país era invulnerável a ataques contra seu território (LAWSON, 2004). Depreende-se que essa percepção, notadamente errônea, era fruto das dificuldades, sobretudo logísticas, impostas a uma investida originária de países geograficamente distantes, como os

EUA. Este, entretanto, valeu-se da equivocada suposição nipônica para dar mais garantias ao elemento surpresa, desejável a qualquer operação militar.

Concluído o bombardeio, todas as aeronaves rumaram imediatamente para a China, com exceção de uma delas, a oitava a decolar. Esta, devido a problemas mecânicos que resultaram em maior consumo de combustível, precisou pousar em Vladivostok, tendo sido a sua tripulação internada pelos soviéticos (LAWSON, 2004).

O sucesso do ataque foi noticiado pelas embaixadas dos países neutros em Tóquio, e a notícia rapidamente chegou aos EUA, causando um fervor patriótico na população, que até então só havia recebido más notícias da guerra (SCOTT, 2015). Segundo relatos de Fuchida e Okumiya, que presenciaram os acontecimentos narrados, o ataque Doolittle, do ponto de vista dos danos materiais infligidos, quase nada conseguiu. Mas o mesmo não podia ser dito do seu impacto na mente dos líderes navais japoneses e a consequente influência no curso da guerra no mar (FUCHIDA e OKUMIYA, 1967, P. 83).

Independentemente do resultado material auferido, tanto o ataque japonês a Pearl Harbor, quanto o ataque estadunidense a Tóquio impactaram o moral de suas populações. Ambos os países, quando atacados, foram surpreendidos pelo oponente, pois subjugaram a capacidade do inimigo em transpor obstáculos, sobretudo operacionais e logísticos. Esses entraves que dificultavam as investidas, entretanto, foram superados por uma bem sucedida conjugação entre a criatividade; a eficiente Atividade de Inteligência (necessária à confecção dos planejamentos de ambos os países); resultando na desejável obtenção do fator surpresa. Apesar de não buscar atribuir uma hierarquização da importância entre os dois ramos da Atividade de Inteligência – Inteligência e Contra-inteligência, é justificável conferir destaque a este último no caso em tela, pois é indissociável a agregação entre a CI e a manutenção do sigilo de informações de interesse, para a obtenção da surpresa.

#### 4 - CONCLUSÃO

Há muito tempo, a Atividade de Inteligência, em seu sentido mais amplo, vem sendo utilizada em proveito dos interesses dos indivíduos e dos Estados. Podemos constatar, assim, o quanto antiga esta prática é pela importância dada a essa atividade durante as campanhas militares, desde a Antiguidade. A espionagem, um segmento da Atividade de Inteligência, sempre foi uma medida necessária, visando descobrir os pontos fracos e fortes do inimigo. Em sua oposição, percebemos que a CI sempre esteve presente, manifestada nas teorias preconizadas por Sun Tzu, a exemplo do ardil.

Concluimos que é virtuosa a negação ao inimigo de informações corretas, sobre nossas reais intenções de manobra, e sobre o verdadeiro estado de prontidão de nossas forças, pois essa negação o leva a conclusões errôneas, contribuindo com o comprometimento de sua consciência situacional.

Pudemos verificar também, que sempre houve, na história dos conflitos, uma preocupação com o sigilo das informações, em proveito da obtenção do fator surpresa. Este, tão precioso em uma campanha militar, também está intrinsecamente ligado à CI, pois sendo este ramo da AI o responsável pela salvaguarda de informações de interesse, é também o encarregado pela manutenção do adequado sigilo. Havendo o comprometimento deste, a surpresa se esvai.

Vimos que com o passar dos tempos, o homem tem se deparado com inovações tecnológicas de toda sorte. Se na Antiguidade, as comunicações nos campos de batalha se davam por meio de bandeiras e tambores, na atualidade elas são estabelecidas pela exploração do espectro eletromagnético, entre outros modos ainda mais modernos. Entretanto, a AI permaneceu atuante, adaptando-se às inovações, e reafirmando a sua vital importância para o sucesso das batalhas.

Durante a necessária imersão sob o embasamento teórico que trata sobre a CI, no decorrer da pesquisa, verificamos a existência de uma reclamação, mais particularmente entre autores estrangeiros, sobre uma carência de doutrina moduladora da prática da CI. Entretanto, a percepção adquirida no decorrer da elaboração deste estudo, é que esta suposta falta, se de fato existe, não resulta em ineficiência da atividade. Na realidade, a percepção adquirida é que não há sequer uma teoria que esgote o mais simples dos assuntos, por completo.

A despeito de diversos teóricos contemporâneos que possuem relevantes acervos sobre o assunto em tela, alguns inclusive citados no presente estudo, consideramos que o fundamento teórico central deste estudo é encontrado na obra-prima de Sun Tzu: “A Arte da Guerra”, por algumas razões merecedoras de destaque, dentre as quais: o fato de haver sido supostamente escrita há cerca de 2500 anos e ainda apresentar diversos aspectos aderentes ao objeto de estudo; dar em seus ensinamentos importância à surpresa – princípio de guerra que possui relevância perene; explicitar, de forma clara e inteligível, o conceito do artil, sob um prisma virtuoso; e enfatizar a necessidade de emprego dos espões, atribuindo-lhes proeminência fundamental para a obtenção de informações sobre o inimigo, e para a negação de informações verdadeiras (ou introdução de informações falsas) sobre a própria força, no caso específico dos espões condenados. Estes últimos representam a própria personificação da Contraineligência, pois possuem a tarefa de salvaguardar informações que podem ser objeto de interesse do inimigo.

Nas conclusões parciais obtidas ao longo da pesquisa, percebemos que tanto o conceito do artil quanto o princípio da surpresa apresentam também, sólida ligação com a Contraineligência, à medida que negam ao opositor as reais intenções de nossas forças.

O ataque Doolittle, contragolpe que atingiu de modo certo o moral dos japoneses, após o sucesso nipônico em Pearl Harbor, foi escolhido como objeto de estudo deste trabalho por conter uma miríade de exemplos acerca da Atividade de Inteligência, dando vulto ao ramo da Contraineligência. Além disso, materializa a fundamental importância da referida atividade

para o resultado de uma operação militar. Outro aspecto observado nesse evento é a grande aderência que a operação apresenta entre a criatividade e a CI. Dessa forma, o objeto em questão foi considerado adequado sobremaneira para demonstrar, na prática, alguns fundamentos teóricos da Contrainteligência. Outrossim, o ataque permite-nos concluir que os lapsos doutrinários que porventura existam não são capazes de comprometer, por si só, o êxito de uma operação. Antes de representarem qualquer fator complicador, essas carências teóricas podem servir aos planejadores e executores como fomentadoras de soluções inesperadas ao oponente.

Precedeu ao ataque Doolittle o famigerado ataque a Pearl Harbor, no qual pudemos notar, em diversas ocasiões, a preocupação nipônica em cumprir procedimentos que favorecessem a manutenção do sigilo da operação, contribuindo com o fator surpresa, como na ocasião da aproximação de suas aeronaves de esclarecimento à base estadunidense, com extrema cautela, instantes antes do ataque. Indubitavelmente, há uma relação estreita entre a surpresa e a Contrainteligência.

No tocante à CI, a carência doutrinária relatada por alguns autores não reduz a importância da atividade, tampouco resulta na diminuição de sua eficiência. Pelo exposto ao longo do trabalho em tela, concluímos que tanto o ataque a Pearl Harbor quanto o ataque a Tóquio são exemplos de como a observância de preceitos teóricos da AI, sobretudo da Contrainteligência, podem contribuir decisivamente para o sucesso das operações militares.

Percebemos no estudo das operações militares desse trabalho, de forma muito clara, a busca pelo fator surpresa, tanto durante a fase de planejamento quanto durante a fase de execução das missões, como resultado da salvaguarda dos conhecimentos de interesse.

Por ocasião dos delineamentos das operações militares, obstáculos serão apresentados ao planejador. Muitos destes carecerão de uma diversidade de recursos materiais e humanos para a sua transposição. Outros, entretanto, necessitarão apenas da criatividade para chegar-se

à solução, ainda que de forma não ortodoxa. É salutar, neste contexto, o incentivo à subjetividade do planejador.

Por fim, ao chegarmos ao término deste trabalho, em resposta à questão de pesquisa proposta, podemos concluir que o sucesso das operações militares está intrinsecamente ligado à surpresa imposta ao adversário. Com a obtenção deste importante princípio de guerra, resultados positivos poderão ser auferidos, superando dificuldades impostas por desequilíbrios entre forças combatentes. Por sua vez, a Contraineligência, para ser bem planejada e executada, além de beber em todas as fontes teóricas possíveis, carece de nossa capacidade inventiva (também chamada de criatividade), para suplantar os desafios impostos ao planejamento e à execução de uma operação militar. Nota-se, enfim, um entrelaçamento entre criatividade, Contraineligência e surpresa. Em suma, a criatividade é de fundamental importância para o sucesso das operações militares.

## REFERÊNCIAS

Brasil. Decreto nº 8.793, de 28 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência, e dá outras providências. Brasília, 2016

\_\_\_\_\_. Estado-Maior da Armada. EMA-352: Princípios e Conceitos da Atividade de Inteligência. Brasília, 2015

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. MD35-G-01: glossário das Forças Armadas. 5. ed. Brasília, 2015. 292 p.

CLEAVE, M.K. V. What is Counterintelligence? The Intelligencer Journal of U.S. Intelligence Studies. Falls Church. V 20, n 2, p. 57-65, Fall/Winter 2013.

FUCHIDA, M.; OKUMIYA, M. Midway: a maior batalha aeronaval da Segunda Guerra Mundial. 2 ed. São Paulo: Flamboyant, 1967. 252 p.

GILBERT, A. Enciclopédia das Guerras: Conflitos Mundiais Através dos Tempos. 1 ed. São Paulo: M Book, 2019. 320 p.

JOHNSON, W. R. Thwarting Enemies at Home and Abroad: How to Be a Counterintelligence Officer. 1 ed. Washington DC: Georgetown University Press, 2005. 264 p.

JORDAN, D. História da Segunda Guerra Mundial. 1 ed. São Paulo: M Books, 2010. 296 p.

JR, G. M. W. The Journal of Military History, New York, V 53, n 4, p. 449-450, Oct. 1989.

KEEGAN, J. Inteligência na guerra: conhecimento do inimigo de Napoleão à Al-Qaeda. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 448 p.

LAWSON, T. W. THIRTY SECONDS OVER TOKYO. 1 ed. Washington DC: Pocket Star, 2004. 304 p.

MAGNOLI, D. História das guerras. 4 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013. 479 p.

McNEILLY, M. Sun Tzu e a arte da guerra moderna. Tradução Luiz Carlos do Nascimento e Silva. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 416 p.

MORAES M. B. A atividade de inteligência, em nível estratégico, uma proposta para o Brasil. Rio de Janeiro, p. 1-18, 2004. Disponível em: <<http://reservaer.com.br/estrategicos/atividade-de-inteligencia.html>> Acesso em: 06 jun. 2021.

OLIVEIRA, L. S. P. A História da atividade de Inteligência no Brasil. Brasília DF, V 2, n 3, p. 1-131, Set 2006.

PLATT, W. A Produção de Informações Estratégicas. 1 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Editora Agir, 1974. 328 p.

PRUNCKUN, H. Counterintelligence Theory and Practice. 2 ed. Maryland: Rowman & Littlefield, 2019. 272 p.

SAMUELS, C. The Attack on Pearl Harbor. 1 ed. New York: Brown Bear Books, 2014. 48 p.

SAWYER, R. D. A Arte da Guerra/Sun-Tzu, Sun-Pin. Tradução Ana Aguiar Cotrin. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 336 p.

SCOTT, J. M. Target Tokyo. Jimmy Doolittle and the raid that avenged Pearl Harbor. 2 ed. Miami: W. W. Norton & Company, 2015. 508 p.

SMITH, C. Pearl Harbor 1941: O Dia da Infâmia. 1 ed. Oxford: Osprey Publishing Ltd, 2006. 98 p.